



DIÁLOGO ENTRE PLANEJAMENTO E PRESERVAÇÃO: ESTUDO DO PLANO DIRETOR DE ANÁPOLIS E A ÁREA DE LOCALIZAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS TOMBADOS EM ANÁPOLIS.

Mariana Almeida Soares Carvalho¹ (IC)*, Milena d'Ayala Valva (PQ)

¹ marialmeidacarv@gmail.com (Universidade Estadual de Goiás -CCET)

Resumo: O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa que propõe a elaboração de um diagnóstico do Patrimônio Cultural Ambiental e Urbano da Cidade de Anápolis. A proposta é compreender a relação entre o principal conjunto de princípios, regras e diretrizes necessárias para construir e utilizar o espaço urbano, o PLANO DIRETOR, e os edifícios tombados da cidade, criando um diálogo entre planejamento e preservação. Para isso foram feitos levantamento bibliográfico e levantamento de dados, pesquisas, visitas de campo e discussões com o grupo de estudos. Por meio deste diálogo, o plano apresenta como uma das intenções subsidiar uma política de preservação do patrimônio cultural na cidade de Anápolis. O objetivo geral da pesquisa é analisar como o Plano Diretor de Anápolis, revisado em 2016, tratou as áreas de interesse histórico da cidade, tendo como base os bens imóveis tombados.

PALAVRAS CHAVE: Plano Diretor, patrimônio, preservação, planejamento, Anápolis...

Introdução

O plano de trabalho em questão faz parte de um projeto pesquisa que propõe a elaboração de um diagnóstico do Patrimônio Cultural Ambiental e Urbano da Cidade de Anápolis. Este plano busca através de documentos (como por exemplo as Cartas Patrimoniais), livros, entrevistas, visitas de campo etc., analisar a relação entre o principal conjunto de princípios, regras e diretrizes necessárias para construir e utilizar o espaço urbano, o PLANO DIRETOR, e os edifícios tombados da cidade, criando um diálogo entre planejamento e preservação. Através desse diálogo o plano apresenta como um dos objetivos subsidiar uma política de preservação do patrimônio cultural na cidade de Anápolis.

Para se pensar na gestão do patrimônio de uma cidade é necessário ter consciência de que muitos instrumentos são utilizados na sua organização e transformação.



Anápolis é uma importante cidade no cenário regional e nacional. Como parte da história de Anápolis, revelando a memória do seu desenvolvimento, existe uma rica arquitetura, principalmente no estilo art déco, que merece ser preservada. No entanto, atualmente Anápolis possui apenas 10 imóveis tombados. Nesse sentido, faz-se necessário um estudo sobre estratégias de gestão urbana como possibilidade de estabelecimento de parceria entre diferentes instâncias governamentais, afim de adotar ações integradas do planejamento e gestão territoriais com as políticas ambientais, sociais, culturais e econômicas.

Material e Métodos

Dentre os procedimentos metodológicos mais importantes durante o decorrer da pesquisa podemos enfatizar: Levantamentos bibliográficos referentes ao patrimônio cultural; levantamento de dados e informações sobre o planejamento da cidade; reuniões regulares com o grupo de estudos, muitas vezes com a presença da aluna de pós graduação do TECCER UEG, Ana Caroline Caixeta Silva e do diretor do Museu histórico de Anápolis, Jairo Alves Leite; estudos para compreender de que maneira poderia se dar a integração entre o Plano Diretor e uma política de preservação do patrimônio cultural na cidade; pesquisas sobre o COMPHICA, órgão responsável por dar assessoramento (consultas) ao prefeito no que diz respeito à preservação dos bens de valor cultural; visitas de campo.

Resultados e Discussão

Através do estudo foi possível chegar a algumas conclusões sobre o tema proposto, que podem ser indicadas como resultados obtidos.

O processo de tombamento em Anápolis foi tardio: todos os bens foram tombados após a década de 1980. Os primeiros bens tombados foram o Mercado Municipal e o Coreto da praça James Fanstone, em 1984. Anápolis não é uma cidade planejada. Ela surgiu há 110 anos e o seu primeiro Plano Diretor físico data de 1969; o segundo é de 1985 e o terceiro de 1992. Estes três primeiros planos foram criados sem participação popular e somente em 2006 foi criado o primeiro plano participativo. O processo de tombamento tardio, iniciado na década de 1980, como já esclarecido



anteriormente, pode-se relacionar com a data do segundo plano afim de inquirir sobre a presença ou não de questões relacionadas ao patrimônio no mesmo.

Os documentos mais antigos não são de fácil acesso. Para tê-los é preciso contatar órgãos responsáveis ou buscar no meio acadêmico. Levando em consideração o início do tombamento na cidade e a carência de leis e artigos direcionados a preservação e conservação, é possível constatar a pouca evolução nos planos.

O fato de o Plano Diretor ser necessário para o planejamento urbano e ser uma das principais ferramentas de premeditação do desenvolvimento e mesmo assim ser muitas vezes pouco eficaz, é bastante preocupante. Se a legislação Anapolina for comparada às legislações de algumas outras cidades, ao se referir às questões de preservação, poderá ser comprovada a sua carência e fragilidade. Pode-se citar como exemplos de legislações mais completas neste assunto São Paulo, Ouro Preto e Belo Horizonte.

Considerações Finais

Ao considerar a trajetória da legislação de Anápolis fica clara a pouca evolução e melhoria no âmbito da preservação. Tal situação revela o pouco interesse do poder público e da população (uma vez que ela passou a ter participação na construção dos Planos a partir dos anos 2000) pelo tema. Isso significa que talvez a sociedade, em sua maioria, não compreenda que a memória de um lugar não se difunda somente pela história, cultura, documentos.

Por ser componente da rotina de uma sociedade, memória viva e cultura edificada, a arquitetura precisa ser preservada, conservada e protegida. Além do Plano Diretor, que merece uma revisão relativa ao assunto, o COMPHICA, Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultura de Anápolis, precisa de uma atuação mais sólida, oferecendo as consultas e assessoramentos para reformas e intervenções necessárias; a Prefeitura precisa trabalhar conjuntamente com o órgão e com a população; as universidades, sobretudo as que possuem o curso de Arquitetura e Urbanismo, devem desenvolver campanhas e ações visando inteirar a população,



em especial alunos de outros cursos, sobre questões relacionadas ao patrimônio histórico.

O conjunto desses atos é o primeiro e mais importante passo na construção de uma sociedade que vive o presente sabendo da importância do passado e de sua história que se revela por meio da arquitetura, e também a garantia de que a mesma, uma das fontes responsáveis por guardar toda memória da cidade, permanecerá viva – preservada e conservada – no futuro.

Agradecimentos

Agradeço a professora Milena d'Ayala, que foi a minha orientadora durante a Iniciação Científica, dando-me uma grande oportunidade de aprendizado e todo apoio necessário para a pesquisa; aos meus amigos Anna Paula Alves e Wellington Pablo Ramos, que também fizeram parte deste projeto e muito me auxiliaram com o meu tema e a minha família, sempre muito presente durante a minha caminhada acadêmica.

Referências

ANÁPOLIS. **LEI Nº 2936, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002.**

AUGUSTO, C. da Silva Telles. **Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1984

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

IPHAN. **Carta de Atenas, 1931.** Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Documento sobre legislação.**

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano.** Editora ática, São Paulo, 1989.

FORTUNA, Carlos. **Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência.** Centro de Estudos Sociais Coimbra, Coimbra, 1995.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

POLONIAL, Juscelino. **O patrimônio histórico de Anápolis.** In: Jornal O Centenário, dom. Ano 3 – n. 13. Anápolis, 2007.

MENEGUELLO, Cristina. **O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos.** IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2005.

RAMOS, Eucarice Sousa. **História de Anápolis – o começo.** Faculdade Católica de Anápolis.

Recomendação de Nairóbi, 19ª sessão UNESCO, 1976. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Documento sobre legislação.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** FAPESP, São Paulo, 1998.